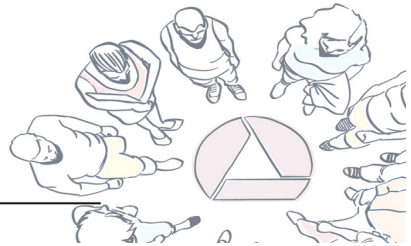
— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2024-2027 – EXERCÍCIO 2026

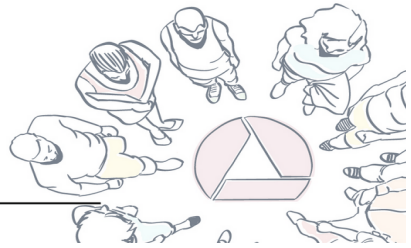
Tema/assunto: Trabalho, Emprego e Renda (PLEs nº 165, 188, 193, 206 e 210/2025)
Proponentes: Agmar Pereira Lima (Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz); Agnaldo Figueiredo dos Reis (Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas); Aline Martins Machado; Amâncio Oliva Neto; Amanda Barbosa dos Reis (Escola Família Agrícola); Amanda de Castro Sperancini Alvarenga; Amilton Laurindo Junior (Associação Civil de Referência Socioambiental, Cultural e Esportiva); Amir Jose de Melo (Associação Cultural do Vale do Aço); Ana Luiza Chaves Almeida (Associação Comunitária Trupe de Brasília de Minas); Ana Paula Lopes Teixeira (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa); Anderson Oliveira Lisboa (Secretaria Municipal de Assistência Social); Andrea Torres Americano (Instituto Vida Natural de Timóteo); Andreia Andrade Vieira (Câmara Municipal de Bocaiúva); Andrette Ferraz Bizerra (Associação da Criança e do Adolescente); Andrísia Keslley Siqueira Luzia Serpa (Escola Municipal Raimunda Coura de Barcellos); Antônio Simplício de Sousa (Movimento da Terceira Idade de Belo Oriente); Averaldo Moreira Martins (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa); Ayandra Ribeiro Miranda (Escola Família Agrícola); Berta Alícia Nascimento Garcia (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais); Bruna de Sá Soares (Secretaria Municipal de Saúde); Bruno Santos Faria (Lar dos Idosos Monsenhor Otaviano da SSVP); Carla Cristina Silva Miranda (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Fabriciano); Christian Kelly Bento (Instituto Presbiteriano do Vale do Aço); Cícera Maiara da Silva; Claudiney Barbosa Meres (Instituto Artistíco Viola dos Gerais); Cleide Aparecida Santos Oliveira; Cleydiane Assis Oliveira Silva; Crislane Pereira de Oliveira; Cristiane Gonçalves Martins Alvarenga (Instituto Presbiteriano do Vale do Aço); Diego Soares Ferraz (Prefeitura Municipal de Machacalis); Dilca Costa Ferraz (Prefeitura Municipal de Itaobim); Edilea Simone Prado Araújo; Elisiane Pires Magalhães (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente); Elizabeth Gonçalves da Costa Guido (Associação Cultural do Congado de Timóteo – Guarda de Congo São Sebastião de Timóteo); Elizângela Márcia Soares; Emanuelly Barbosa do Nascimento (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes, Lazer e Turismo); Ernandes Agostinho (Associação Papa João XXIII); Fábio Willians Gonzaga Teixeira (Escola Família Agrícola); Fagner Souza Vieira; Fernando Januário Pires (Comunidade Terapêutica São Bento); Flávia Souza da Silva (Fundação Aperam Acesita para o Desenvolvimento Social); Francinaiara Assis Ferreira (Comitê Cidadania Contra a Fome e Pela Vida); Francyelly Rocha Barbosa (Escola Família Agrícola); Genivaldo Zeferino Nunes (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho); Gildenes Justiniano Silva (Câmara Municipal de Montalvânia); Gilson Balbino; Giovana Conceição Araújo (Escola Família Agrícola); Gislene Cristina da Rocha Silva (Pastoral Nacional do Povo de Rua); Glauber Soares Silva (Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Córrego da Inveja); Gustavo Pereira de Oliveira (Escola Família Agrícola); Helenir de Lima Moura Jesus; Isabella Brandão Barbosa (Escola Família Agrícola); Ismênia Aparecida de Oliveira (Associação Bocaiuvense de Artesãos); Jair Silva Luciano (Liga Desportiva de Coronel Fabriciano); Jaque

Cione Gandra; Jardel Mendes Ferreira (Associação Papa João XXIII); João Aroldo Pereira (Grupo de Literatura e Teatro T. Poética); João Pereira dos Santos (Hospital Vale do Jequitinhonha); João Vitor Ferreira Honorato (Liga Ipatinguense de Esportes Especializados); José Augusto Francisco Pereira (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha); José Cristóvão Vieira (Sociedade São Vicente de Paulo); José Edvaldo de Aguiar Neto (Prefeitura Municipal de Francisco Sá); José Lucilio Alvarenga Neto (Câmara Municipal de Coronel Fabriciano); Karinna Chrispim Laurindo Barcelos (Associação Civil de Referência Socioambiental, Cultural e Esportiva); Karolinny Pol Oliveira (Escola Família Agrícola); Katia de Souza Fernandes (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais); Kayla Nazaré Ribeiro Martins (Escola Família Agrícola); Lara Yasmin Ribeiro do Amaral (Escola Família Agrícola); Larissa Soares da Silva (Escola Família Agrícola); Layane Alves Souza (Escola Família Agrícola); Leonardo Rodrigues Lele da Cunha; Letícia Tatiane Mendes Lourenço (Associação de Mulheres Pontenses); Lorrane Silva Nunes (Companhia de Teatro Ícaros do Vale); Lourdes Maria Soares Gomes (Associação Comunitária Trupe de Brasília de Minas); Luana Aparecida Esteves de Almeida (Lar dos Idosos Monsenhor Otaviano da SSVP); Luciano de Souza Silveira (Canto Coral Tocoiós de Minas); Luis Felipe Dias Ferreira (Liga Ipatinguense de Esportes Especializados); Luziene Rodrigues Santana; Maicon Douglas dos Santos Silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas); Maguida Freitas Souza Botelho (Associação Saberes e Sabores); Manoel Messias Bispo; Marcelo Gomes de Almeida (Lar dos Idosos Monsenhor Otaviano da SSVP); Marcelo Oliveira da Cruz (Câmara Municipal de Ipatinga); Maria das Graças Fernandes Araújo (Grupo de Amparo Mansão de Luz); Maria Eduarda Almeida Santos (Escola Família Agrícola); Maria José Araújo Souto (Sociedade São Vicente de Paulo); Maurício Clemente Campos; Maurilio Salgado Santos; Maynara Alves dos Santos (Escola Família Agrícola); Murilo Henrique Costa Pol (Escola Família Agrícola); Najara Lacerda Dohler (Prefeitura Municipal de Itaobim); Nathalia Rodrigues de Oliveira (Escola Família Agrícola); Nereu Nunes Pereira Júnior (Câmara Municipal de Periquito); Nestor Vieira da Silva (Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Córrego da Inveja); Neuza Maria de Souza Campos; Noélia Aparecida Freire Andrade (Secretaria Municipal de Esporte e Cultura); Priscila Aparecida Xavier (Prefeitura Municipal de Salinas); Priscila da Silva Semeao (Instituto Sociocultural Bruta Flor); Rayane da Silva Nobre (Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa); Rayssa Victoria Gonçalves de Jesus (Escola Família Agrícola); Robélia Maria de Jesus Gomes; Roberto Carlos Bispo (Gabinete do Deputado Ricardo Campos); Robson Gomes dos Santos (Prefeitura Municipal de Almenara); Rodrigo Ribeiro Silva (Prefeitura Municipal de Córrego Novo); Romulo de Melo Silva (Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Brasil); Rosalino Alves de Almeida; Rosangela da Penha Segundo (Associação Cultural do Vale do Aço); Rosangela Mendes Alves (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG); Rosenalia Ramalho Teixeira (Prefeitura Municipal de Jequitinhonha); Sara Silva Santos (Secretaria Municipal de Assistência Social); Saulo Bento Dias (Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho); Thais Rodrigues Castro (Instituto Mãos que Salvam); Thayná Aparecida Oliveira Almeida (Prefeitura Municipal de Francisco Sá); Vanderlúcia Alves Oliveira; Vera Lúcia Antunes Lopes Dutra (Fundação Aperam Acesita para o Desenvolvimento Social); Warley Glender Gomes Batista (Coral Araras Grandes).

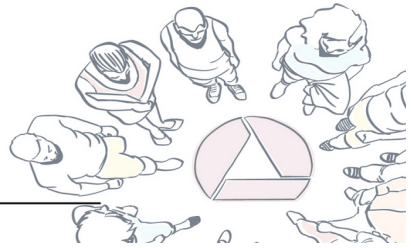


Requerimentos – Pedidos de Providências ou de Informações

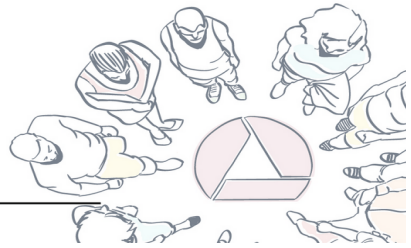
PLE/ 2025	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta até 31 de outubro de 2026
165	RQN 15.399/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para que avalie a possibilidade de criação de oportunidades de geração de emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social no Município de São João da Ponte, na região intermediária de Montes Claros.	Em resposta ao requerimento, a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - informou que o Município de São João da Ponte foi contemplado, nos anos de 2022 e 2023, pelo Projeto Trajeto Renda, integrante do Programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia. No período, foram realizados mais de 200 atendimentos diretos, voltados a indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social, por intermédio da Organização da Sociedade Civil Instituto Cultural Boa Esperança, selecionada por meio do Edital de Chamamento Público nº 10/2021. A secretária explicou que as ações desenvolvidas foram orientadas por plano de ação construído de forma participativa, com a atuação do Comitê Gestor Local, representantes do poder público municipal, entidades da sociedade civil, lideranças comunitárias e beneficiários, tendo como eixo a valorização das potencialidades produtivas do território e o fortalecimento das cadeias econômicas locais. Foram implementadas iniciativas voltadas à ampliação das oportunidades de comercialização e ao estímulo à economia popular e solidária, como a criação de novos espaços de comercialização, a inserção de produtores em canais institucionais de compra, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, e o incentivo à



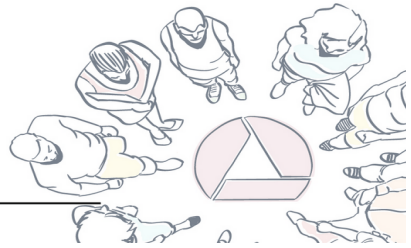
				comercialização direta e digital. As ações contaram com assessoramento técnico da Emater-MG. Ao final da iniciativa, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Local, que sistematiza estratégias para a continuidade das ações, contemplando, entre outros aspectos, a manutenção do Comitê Gestor Local. A Sedese entende, dessa forma, que o Município de São João da Ponte já é atendido por política pública estadual voltada à promoção da geração de trabalho e renda, com resultados efetivos.
188	RQN 15.475/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para oferecer qualificação profissional a mulheres em situação de vulnerabilidade social nos Municípios da Região Intermediária de Montes Claros.	Em resposta ao requerimento, a secretária de Estado de Desenvolvimento Social listou, como iniciativas voltadas para promover a qualificação profissional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, ações dos seguintes programas: Minas Forma, Minas Forma Delas, Trajeto Moda e Trajeto Renda. A secretária informou que o Programa Minas Forma é uma política estadual de qualificação profissional voltada à promoção da empregabilidade, da inclusão produtiva e da autonomia econômica da população em situação de vulnerabilidade social como um todo. Essa iniciativa oferta cursos gratuitos e de curta duração, estruturados a partir das demandas territoriais e das vocações econômicas locais, priorizando públicos historicamente excluídos do mercado de trabalho. Ainda segundo a secretária, dentro de um plano de expansão do referido programa, foi instituído o Minas Forma Delas, eixo estruturante voltado especificamente à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social e regulamentado como política pública permanente de qualificação profissional e inclusão produtiva no Estado. Esse eixo está sob a



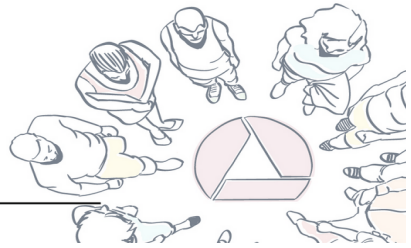
				coordenação da Sedese, de forma articulada entre a Subsecretaria de Estado de Políticas dos Direitos das Mulheres e a Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda. De acordo com a secretária, em 2024 e 2025 o Minas Forma Delas ofertou 20 cursos no Município de Montes Claros, com formações nas áreas de cultura, turismo, empreendedorismo e setor industrial. A secretária informou que a Sedese está articulando ações para ampliar o programa a outros municípios da região. Sobre os demais programas, ela apresentou as seguintes informações: - Projeto Trajeto Moda: qualificação de mais de 700 mulheres em percursos formativos integrados, envolvendo corte e costura, organização produtiva, empreendedorismo, associativismo, educação financeira e fortalecimento de competências socioemocionais. Existe a perspectiva de ampliar a abrangência em 2026 e alcançar 120 municípios. - Projeto Trajeto Renda: 12 mil beneficiários atendidos, sendo 80% de mulheres. No segundo ciclo, inciado em 2025, o projeto foi expandido para municípios da área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Nesse ciclo foram atendidas mais de 1.700 mulheres. A secretária, por fim, ressaltou que uma eventual implementação ou ampliação de ações específicas em determinados territórios está condicionada à análise técnica quanto à viabilidade, considerando-se o diagnóstico das demandas locais.
188	RQN 15.476/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para ampliação	Em 19/2/2026 a Sedese informou que a secretaria vem desenvolvendo, de forma contínua e articulada, ações estruturantes voltadas ao fomento da inclusão produtiva e da



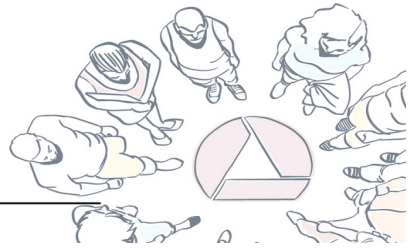
			das medidas vinculadas à Ação 4154 – Fomento à Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva – do Programa 66 – Políticas de Trabalho e Emprego – nos municípios da Região Intermediária de Teófilo Otoni, com foco em Araçuaí, para apoio à realização de feiras e à oferta de qualificação profissional aos empreendimentos da economia popular solidária; na Comunidade PA Saco do Rio Preto, em Natalândia, na Região Intermediária de Patos de Minas, para fomento a cooperativas de artesanato e de agricultura familiar voltadas à produção de itens em crochê derivados da cana-de-açúcar e de doces e compotas derivados do leite e de frutas; e no Município de Formoso, também na Região Intermediária de Patos de Minas, para oferta de cursos de qualificação profissional e de gestão de negócios aos trabalhadores e empreendedores locais.	economia popular solidária, no âmbito da Ação 4154 - Fomento à Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva -, do Programa 66 - Políticas de Trabalho e Emprego. Entre essas iniciativas, foi destacado o Projeto Trajeto Renda, presente também na Região Intermediária de Teófilo Otoni, com a realização de atividades de formação, assessoramento técnico e inserção dos empreendimentos em dinâmicas de comercialização para cerca de 3 mil pessoas. De acordo com a secretária, em 2024 e 2025, foram realizadas feiras regionais da economia popular solidária em municípios do território, incluindo Araçuaí, alcançando aproximadamente 54 empreendimentos. Adicionalmente, a Sedese vem implementando os Fundos Rotativos Solidários como instrumento complementar de apoio aos empreendimentos da economia popular solidária. Foram implantados fundos em diversas diretorias regionais, abrangendo municípios como Araçuaí, Diamantina, Montes Claros, Poços de Caldas, Teófilo Otoni, Juiz de Fora, São João del-Rei e Belo Horizonte, com atuação por meio de comissões gestoras locais e atendimento a cerca de 80 empreendimentos econômicos solidários. Com relação ao Município de Formoso e à Comunidade do PA Saco do Rio Preto, no Município de Natalândia, ambos na Região Intermediária de Patos de Minas, a secretária informou que as demandas apresentadas guardam convergência com os objetivos da Ação 4154 e com as diretrizes estaduais de promoção da inclusão produtiva. Nesse sentido, eventual ampliação da atuação para o referido território poderá ser analisada no âmbito dos



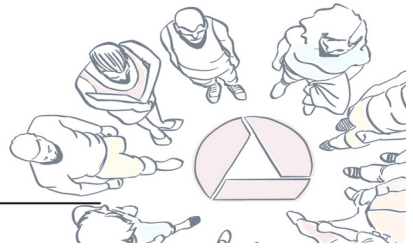
				processos de planejamento da pasta, a partir de diagnósticos das demandas locais, articulação com o ente municipal e parceiros institucionais e disponibilidade orçamentária.
188	RQN 15.477/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para destinar recursos previstos na Ação 2079 – Apoio Financeiro e Material às Instituições na Promoção do Desenvolvimento Social –, do Programa 148 – Apoio às Políticas de Desenvolvimento Social –, da revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2024-2027 para o exercício de 2026, para apoiar técnica e financeiramente empreendimentos da economia popular solidária em Belo Horizonte, em parceria com a Associação Pastoral Nacional do Povo na Rua.	Em resposta ao requerimento, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - informou que a ação 2079 dispõe de previsão física e financeira para os exercícios subsequentes. Ainda enfatizou que iniciativas voltadas ao fortalecimento da economia popular solidária, especialmente aquelas desenvolvidas em parceria com organizações da sociedade civil com atuação reconhecida junto a populações em situação de rua ou em extrema vulnerabilidade, inserem-se no campo de interesse e de atuação da pasta, devendo, contudo, observar os limites legais, orçamentários e operacionais aplicáveis. A Sedese ponderou, entretanto, que o exercício de 2026 corresponde a ano de eleições gerais, estando sujeito às restrições impostas pela legislação eleitoral vigente, especialmente no que se refere às transferências voluntárias de recursos públicos para organizações da sociedade civil, o que pode inviabilizar a realização de repasses financeiros durante o período vedado. Assim, eventual destinação de recursos para esse exercício permanece condicionada ao estrito cumprimento da legislação eleitoral, observados os limites constitucionais, legais, orçamentários e administrativos aplicáveis.
188	RQN 15.478/2025	Sedese e Secult	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - e à Secretaria de Estado de Cultura e	A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social informou que, no âmbito de suas atribuições, desenvolve ações voltadas à promoção da inclusão produtiva, da geração de trabalho e renda e



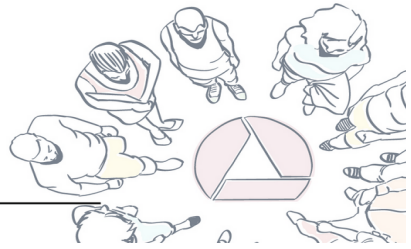
			Turismo - Secult - pedido de providências para que analisem a viabilidade de se fomentar a criação de um centro de empreendedorismo no Município de Uruana de Minas, na Região Intermediária de Patos de Minas, com o objetivo de subsidiar a produção e comercialização de bens com características regionais por meio de capacitação e apoio logístico a artesãos e pequenos produtores, estimulando o empreendedorismo local com base em saberes e tradições regionais, o incentivo ao turismo cultural e à valorização das identidades regionais, a promoção do desenvolvimento cultural sustentável e o fortalecimento do empreendedorismo comunitário com geração de emprego e renda.	do fortalecimento do empreendedorismo comunitário, especialmente junto a públicos em situação de vulnerabilidade social, destacando o" Projeto Trajeto Renda", integrante do Programa Percursos Gerais: Trajetória para a Autonomia, previsto no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e estruturado com base na Política Estadual de Economia Popular Solidária, instituída pela Lei nº 15.028/2004 e regulamentada pelo Decreto nº 44.898/2008. Ainda, a SEDESE informou que a Superintendência de Educação Profissionalizante da Subsecretaria de Estado de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (Subipter), por meio do Programa Minas Forma, atua no fortalecimento do empreendedorismo local mediante a oferta de cursos gratuitos de qualificação profissional direcionados a microempreendedores. Quanto à proposta de criação de um centro de empreendedorismo no Município de Uruana de Minas, a SEDESE informa que a demanda apresenta relevância e aderência às diretrizes e aos objetivos das políticas públicas desenvolvidas pela secretaria. Ressalta, entretanto, que eventual implementação depende de avaliação técnica quanto à sua viabilidade, considerando o diagnóstico socioeconômico do território, a articulação com o ente municipal e demais parceiros institucionais, bem como a compatibilidade com o planejamento governamental e a disponibilidade orçamentária. Em resposta ao requerimento, a Secretaria de Estado de Cultura e



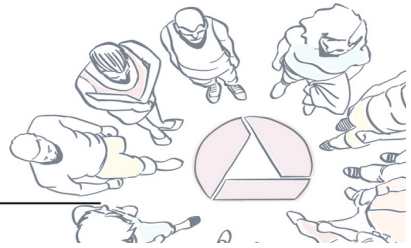
				Turismo - Secult - informou que a qualificação profissional integra a Ação 4327. Informou ainda que registrou a demanda no Banco de Demandas da Diretoria de Capacitação e Qualificação da pasta e que, se houver possibilidade de atendimento, fará contato com o requerente. A Secult esclareceu que a solicitação de fomento à criação de um centro de empreendedorismo no Município de Uruana de Minas extrapola as competências originárias da pasta. Dessa forma, sugeriu que a demanda seja direcionada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da Diretoria de Arranjos Produtivos Locais e Cooperativismo, da Diretoria de Promoção ao Pequeno Negócio e Empreendedorismo e da Diretoria de Artesanato Mineiro, bem como ao Sebrae, por meio da unidade setorial em Uruana de Minas.
193	RQN 15.488/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam ofertados cursos profissionalizantes e oficinas práticas para mulheres em situação de vulnerabilidade no âmbito do Estado, com vistas a garantir meios, mediante a qualificação profissional, para que alcancem independência financeira e se protejam da violência de gênero.	O secretário de Estado de Desenvolvimento Social em exercício informou que o pleito já encontra respaldo nas políticas públicas em execução no âmbito do Estado. Nesse sentido, destacou o Programa Minas Forma, presente em mais de 100 (cem) municípios mineiros e com expressiva participação feminina, oferta cursos profissionalizantes gratuitos e de curta duração voltados à qualificação e à inserção no mundo do trabalho. Ademais, informou que a Secretaria anunciou uma nova etapa de expansão do programa, com investimento aproximado de R$ 30 (trinta) milhões e ampliação da oferta de cursos para mais de 110 (cento e dez) municípios mineiros. Destacou, ainda, a criação do Minas Forma Delas, eixo específico do programa voltado à promoção da autonomia econômica de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que prioriza a



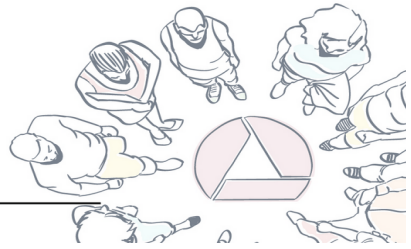
				capacitação gratuita, o fortalecimento do protagonismo feminino e o estímulo à geração de renda. Em adição, destacou que o Projeto Trajeto Moda, atualmente executado no âmbito da Subipter, tem como objetivo oferecer cursos de qualificação profissional e assessoramento técnico nas áreas de corte e costura, moda e empreendedorismo, direcionados especialmente a mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, com prioridade para aquelas que vivenciam situações de violência doméstica. Destacou, também, a atuação do Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres, equipamento estadual especializado que oferece acolhimento humanizado, orientação psicossocial e jurídica, bem como encaminhamentos para a rede de proteção e para oportunidades de capacitação profissional, além de reconhecer a independência financeira como elemento fundamental para o rompimento do ciclo de violência. Por fim, o secretário reafirmou o compromisso com a promoção da autonomia econômica das mulheres e com o fortalecimento de políticas integradas de qualificação profissional, inclusão produtiva e enfrentamento à violência de gênero, permanecendo à disposição para prestar esclarecimentos adicionais, apoiar tecnicamente os municípios e instituições interessadas e colaborar na implementação de ações que ampliem o acesso das mulheres às oportunidades de formação e geração de renda, podendo tais demandas ser encaminhadas ao e-mail subpdm@social.mg.gov.br.
206	RQN 15.543/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese -	Em resposta ao requerimento, a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - explicou que o Projeto Trajeto



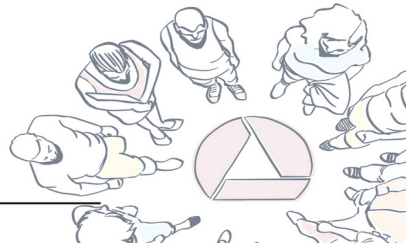
			pedido de providências para realização de cursos de qualificação profissional para a população em situação de vulnerabilidade social na região Norte de Minas e nos municípios das microrregiões de Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina, Pedra Azul, Nanuque, Teófilo Otoni e Águas Formosas.	Renda, ação desenvolvida no âmbito do Programa Percursos Gerais, possui histórico consolidado de atuação em municípios do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Tanto no primeiro quanto no segundo ciclo do projeto, foram contemplados municípios vinculados às regionais de Almenara, Araçuaí, Montes Claros e Salinas, abrangendo territórios que dialogam diretamente com as microrregiões mencionadas no pleito. De acordo com a secretária, no 1º ciclo (2019-2023), foram atendidos 73 municípios, com mais de 12 mil pessoas beneficiadas; no 2º ciclo (2024-2026), estão sendo contemplados 56 municípios localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene -, com atendimento estimado de mais de 3 mil pessoas e famílias. Outra ação do Programa Percursos Gerais é o Projeto Trajeto Moda, que já qualificou mais de 700 participantes em percursos formativos integrados que abrangem corte e costura, organização produtiva, empreendedorismo, associativismo, educação financeira e fortalecimento de competências socioemocionais. A iniciativa apresenta perspectiva de ampliação gradual de sua abrangência territorial até 2026, alcançando até 120 municípios. Parte das localidades indicadas no requerimento em referência já foi contemplada pelo Projeto Trajeto Moda em etapas anteriores de implementação. As demais poderão ser apreciadas nos fluxos internos de análise da área técnica, observadas as diretrizes institucionais vigentes, a capacidade operacional dos projetos e as condições administrativas e financeiras disponíveis.



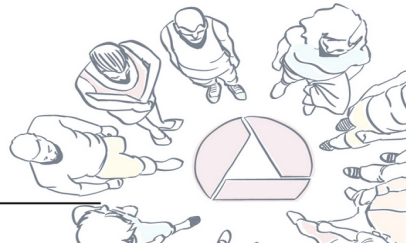
				Outro programa da secretaria, relacionado à educação profissionalizante, é o Minas Forma, presente em mais de 100 municípios mineiros, com a disponibilização de mais de 10 mil vagas. Municípios das microrregiões de Araçuaí, Diamantina e Teófilo Otoni já contam com ofertas do programa e possuem entregas previstas, enquanto os demais permanecem em avaliação para eventual expansão das ações. Por fim, a secretária reconheceu a relevância do pedido apresentado e afirmou que está em consonância com as diretrizes adotadas pela Sedese.
206	RQN 15.544/2024	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para avaliar a possibilidade de ofertar curso de qualificação profissional em produção de móveis com "pallets" para pessoas em situação de vulnerabilidade social na Grande Maracanã, no Município de Montes Claros.	Em resposta ao requerimento, a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - informou que desenvolve ações voltadas à promoção da inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da oferta de qualificação profissional gratuita, no âmbito do Programa Minas Forma, voltado para o trabalho em áreas estratégicas para o desenvolvimento local, a exemplo da cultura, do turismo, do empreendedorismo e do setor industrial, com cursos de curta e média duração, estruturados a partir das demandas do mercado de trabalho e das potencialidades regionais. Segundo a secretária, o Município de Montes Claros foi contemplado, em 2024 e 2025, com a oferta de 20 turmas de cursos de qualificação profissional, abrangendo formações de reconhecida relevância para o fortalecimento da autonomia econômica da população local, como curso básico de tranças, barbeiro profissional, design de sobrancelha, manicure e unhas em gel, introdução aos serviços de cozinha, entre outros.



				Até o momento, o curso específico de produção de móveis com pallets não integra o portfólio oficial do Programa Minas Forma. Mas a Superintendência de Educação Profissionalizante mantém diálogo permanente com os entes municipais e com a sociedade civil organizada, com vistas à avaliação de novas demandas formativas para eventual inclusão no portfólio do programa, observados critérios técnicos, diagnósticos de demanda, viabilidade pedagógica e disponibilidade orçamentária. Ao final, a secretária reafirmou o compromisso da pasta de atuar de forma articulada com o Município de Montes Claros no desenvolvimento de ações que ampliem oportunidades de geração de trabalho e renda.
206	RQN 15.545/2025	Prefeitura Municipal de Montes Claros	Requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Montes Claros pedido de providências para avaliar a possibilidade de ofertar cursos de qualificação profissional em produção de móveis com pallets para pessoas em situação de vulnerabilidade social da região de Grande Maracanã.	
210	RQN 15.567/2025	Sedese	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - pedido de providências para que avalie a possibilidade de destinar recursos para oferta de cursos profissionalizantes a jovens do meio rural dos Municípios de Paracatu e Unaí e da Comunidade Rural Minas, na Região Geográfica Intermediária de Patos de	Em resposta ao requerimento, a titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese - informou que, no Município de Paracatu, o Programa Minas Forma, que tem por finalidade promover a qualificação profissional gratuita de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, já realizou turmas de qualificação profissional vinculadas aos setores de cultura e turismo, contribuindo para o fortalecimento da economia criativa, da valorização de saberes locais e da inserção produtiva da



			Minas.	população. O programa atua por meio da oferta de cursos de curta e média duração, estruturados a partir de diagnósticos de demanda e das potencialidades econômicas locais, abrangendo áreas como cultura, turismo, empreendedorismo e setor industrial. No Município de Unaí, até o momento não houve oferta de cursos no âmbito do referido programa. Mas a Sedese considera a possibilidade de ampliação das ações do Minas Forma para esse território no processo de planejamento da secretaria, observados os critérios técnicos, o diagnóstico das demandas locais e a viabilidade operacional. A secretária esclareceu que, para subsidiar eventual análise de expansão das ofertas, a orientação da Sedese é que o município interessado formalize manifestação de interesse institucional, por meio de ofício, contendo informações relativas à demanda local, ao perfil do público a ser atendido e à indicação de eventuais parcerias institucionais, como a prefeitura municipal, entidades da sociedade civil, ou a disponibilidade de espaços físicos adequados à realização das atividades formativas. A secretária acrescentou que o governo de Minas, por meio da Emater-MG, lançou, em novembro de 2024, o programa Futuro no Campo, que visa criar mais oportunidades para a juventude no meio rural, oferecendo capacitações em gestão de empreendimentos, cooperativismo, comercialização, inclusão digital e outros temas relevantes no setor. Por fim, sugeriu o contato com a Emater-MG, para que se conheçam as possibilidades para os jovens do meio rural dos municípios em



				questão.
210	RQN 15.568/2025	Fucam	Requer seja encaminhado à Fundação Educacional Caio Martins - Fucam - pedido de providências para que avalie a possibilidade de inclusão dos Municípios de Dom Bosco, Paracatu e Unaí no território de sua atuação.	Em 27/1/2026 a Fucam informou não ser possível atender a demanda. pois não dispõe de unidades nos municípios mencionados, nem competência territorial ou estrutura física e operacional para atuação nessas localidades. Informou ainda que o centro educacional mais próximo (Riachinho) é distante em relação a esses municípios, inviabilizando o seu atendimento direto e contínuo. No entanto, acrescentou que para uma eventual ampliação de atuação institucional seria necessária apresentação de proposição de Projeto de Lei de revisão do decreto que estabelece as competências e a área de abrangência da Fundação. Contudo, tal proposição exige prévia realização de estudo técnico de viabilidade técnica, financeira e operacional.

